

## TOPONÍMIA E GEOGRAFIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS NO CONTEXTO DA TEORIA DA INTERDISCIPLINARIDADE

**Carla Bastiani**

Mestre em Ensino de Língua e Literatura. Universidade Federal do Tocantins (PPGL/UFT), TO, Brasil  
[carlinha\\_cb@hotmail.com](mailto:carlinha_cb@hotmail.com)

**Karylleila dos Santos Andrade**

Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo. Professora Associada da Universidade Federal do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em Letras, Mestrado e Doutorado em Ensino de Língua e Literatura, da Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil  
[karylleila@gmail.com](mailto:karylleila@gmail.com)

**Carolina Machado Rocha Busch Pereira**

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG), Porto Nacional, TO, Brasil  
[carolinamachado@uft.edu.br](mailto:carolinamachado@uft.edu.br)

### RESUMO

Neste artigo, é discutida uma proposta de ampliação semântica e conceitual da noção de lugar nos estudos toponímicos por meio de um diálogo interdisciplinar da Toponímia com as correntes da Geografia Humanista e da Geografia Crítica. Essas correntes foram subsídios para que a compreensão do lugar fosse redimensionado e passasse a ser entendido como um espaço vivido e uma construção socioespacial, partindo da relação identitária estabelecida entre o indivíduo e o lugar, tendo como balizadoras dessa relação as noções de pertencimento e de identidade, levando em consideração os laços existentes entre o lugar, o seu nome e os indivíduos que interagem nesse espaço.

**Palavras-chave:** Toponímia; Lugar; Complexidade.

### TOPONÍMIA Y GEOGRAFÍA: DIÁLOGOS POSIBLES EN EL CONTEXTO DE LA TEORÍA INTERDISCIPLINARIEDAD

### RESUMEN

Se discute en este artículo una propuesta de ampliación semántica y conceptual de la noción de lugar en los estudios toponímicos a través del diálogo interdisciplinario de la Toponímia con las corrientes de la Geografía Humanista y de la Geografía Crítica. Estas corrientes fueron subsidios para que la comprensión del lugar fuera redimensionado y pasara a ser entendido como un espacio vivido y una construcción socioespacial, partiendo de la relación identitaria establecida entre el individuo y el lugar, teniendo como balizadoras de esa relación las nociones de pertenencia y de identidad teniendo en cuenta los lazos existentes entre el lugar, el nombre y los individuos que interactúan en el espacio.

**Palabras clave:** Toponymy; Lugar; Complejidad.

## INTRODUÇÃO

*O pensar complexo não afirma que 'tudo é complexo', sinônimo de 'não se pode compreender'. Não é um pensamento da imprecisão, da incerteza – apesar de incluir a imprecisão e a incerteza. A sua finalidade é servir de base para construir conceitos e metodologias – utensílios de pensamento, reflexão e ação no mundo – para articular saberes especializados. Ele não forma uma 'teoria acabada', mas sim um equipamento conceitual em curso de elaboração (FIEDLER FERRARA, 2003, p. 2)*

A teoria da interdisciplinaridade, tendo como “pano de fundo” a noção de complexidade proposta por Morin (2008), será o fio de Ariadne que conduzirá ao alcance do objetivo proposto ao longo do caminho a ser percorrido: ampliar a extensão semântica e conceitual da noção de lugar nos estudos Toponímicos por meio de um diálogo com a Geografia, de forma que esta possa ser um subsídio para apreender o lugar enquanto um espaço vivido e uma construção socioespacial.

A metáfora do fio de Ariadne é uma referência à mitologia de Teseu, um jovem herói ateniense que, sabendo que a sua cidade deveria pagar a Creta um tributo anual, sete rapazes e sete moças, para serem entregues ao insaciável Minotauro que se alimentava de carne humana, solicitou ser incluído entre eles. Em Creta, encontrando-se com Ariadne, a filha do rei Minos, recebeu dela um novelo que deveria desenrolar ao entrar no labirinto, onde o Minotauro vivia encerrado, para encontrar a saída. Teseu adentrou o labirinto, matou o Minotauro e, com a ajuda do fio que desenrolara, encontrou o caminho de volta. Retornando a Atenas, levou consigo a princesa.

Para apreender o lugar enquanto um espaço vivido e uma construção socioespacial, é necessário contextualizá-lo em duas acepções teóricas. Assim, busca-se neste trabalho um ponto de convergência entre as correntes da Geografia Humanista e da Geografia Crítica. Importa mencionar que cada uma dessas correntes, teórico-metodológicas, aborda o lugar por meio da consideração de características diferentes, o que, absolutamente, não significa que sejam excludentes, mas, sim, que podem ser pensadas como perspectivas complementares.

Essa relação de convergência e complementaridade entre conhecimentos vai ao encontro da teoria que embasa este estudo: a interdisciplinaridade, que aqui se apresenta como uma possibilidade de diálogo entre os saberes, conseqüente integração e enriquecimento mútuo deles, bem como se relaciona às bases do pensamento complexo, o qual permite estabelecer vínculos entre coisas que se apresentam, a priori, separadas e desconexas.

Deve-se esclarecer que essa relação de complementaridade entre correntes de uma mesma disciplina do conhecimento não deve ser entendida aqui como ecletismo epistemológico. Pretende-se gestar uma proposta de ampliação conceitual de lugar na Toponímia por meio da congregação entre as referidas correntes da Geografia, rompendo com a visão dogmática que tende a impedir que o conhecimento teórico avance ao suplantando o reconhecimento dos elos existentes entre os diversos saberes.

Ao se pensar em uma proposta de ampliação conceitual de lugar em Toponímia, que é a disciplina que se volta ao estudo dos nomes de lugares, pretende-se, também, focar a escola enquanto um espaço vivido e uma construção socioespacial, a partir das considerações das perspectivas Humanista e Crítica da Geografia, assim como um lugar que pode ser particularizado pelo nome que lhe foi atribuído. Particularização que se dá no sentido de que aquele lugar se torna único dentro do contexto em que se encontra inserido justamente pelo nome que lhe foi dado, fazendo com que haja entre o nome e o significado que os lugares representam um elo essencial para a cristalização da identidade do grupo.

## **METODOLOGIA: A INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO DA COMPLEXIDADE**

Na introdução deste artigo, foi mencionado que a teoria que daria respaldo ao desenvolvimento das reflexões aqui realizadas seria a da interdisciplinaridade, assim como foi dito que essa teoria seria subsidiada pela noção de complexidade abordada por Morin (2008). Faz-se necessário agora esclarecer o porquê da escolha dessas propostas de abordagem do conhecimento.

A opção pela abordagem complexa do conhecimento, como contingente à teoria da interdisciplinaridade, não se traduz aqui como escolha fortuita ou mera inclinação subjetiva. A escolha dessa corrente de pensamento se deu pelo fato de que ela dá primazia a uma abordagem do conhecimento não fragmentado, o que se relaciona à etimologia da palavra conhecer, uma vez que subjacente a essa palavra estão as seguintes ideias: *procurar saber*, *tomar conhecimento de*, *reconhecer*.

Nesse sentido, um pensamento segmentador e unilateral descaracteriza a essência etimológica da palavra apresentada, pois suprimem-se as possibilidades de *procurar saber* a quais outros saberes esse conhecimento encontra-se vinculado, de *tomar conhecimento da* rede de relações significativas que compõem esse conhecimento, como também de *reconhecer* a necessidade de um pensamento complexo para a construção de conhecimentos mais significativos.

Entretanto, estabelecer articulações, perceber convergências, tentar compreender as relações entre os diversos saberes não é uma tarefa simples. E essa tarefa se torna um verdadeiro desafio quando se leva em consideração que as bases do pensamento moderno são legado do paradigma simplificador, que se vincula a uma maneira de pensar unidimensional, que, por sua vez, leva a visões fragmentadas, reducionistas e simplificadoras do real.

[...] o paradigma da simplicidade é um paradigma que põe ordem no universo e expulsa dele a desordem. A ordem reduz-se a uma lei, a um princípio. A simplicidade vê, quer o uno, quer o múltiplo, mas não pode ver que o Uno pode ser ao mesmo tempo Múltiplo. O princípio da simplicidade quer separar o que está ligado (disjunção), quer unificar o que está disperso (redução). (MORIN, 2008, p. 86).

Sobre essa simplificação, oriunda de modelos de pensamento redutores Morin (2002, p. 175) afirma que “não há nada simples na natureza, só há o simplificado.” Infere-se, assim, que o pensamento complexo não se reduz a uma concepção simplista e inócua de justaposição ou aglutinação de conhecimentos. Antes de qualquer coisa, trata-se de perceber a relação de complementaridade existente entre os saberes.

O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. É a concentração na direção do saber total, e, ao mesmo tempo, é a consciência antagonista. (MORIN, 2002, p. 192).

Levando em consideração a citação acima, cumpre esclarecer que não se trata de um pensamento que pretende abarcar a totalidade dos conhecimentos, uma vez que tal postura, a de contemplar somente o todo, seria recair no holismo. O pensamento complexo pretende superar tanto a visão holística quanto a reducionista, disjuntiva e fragmentadora, por meio da percepção da solidariedade e da multidimensionalidade que formam a rede das relações que une os diversos saberes.

Optar por ter a complexidade como bússola implica adentrar em um caminho tortuoso e aceitar a dúvida como fiel companheira de percurso. Ocorre que, no âmago da palavra complexidade, estão as noções de incerteza, confusão e desordem, que vão de encontro ao pensamento linear, herança cartesiana. De acordo com Morin (2008, p. 7), essa palavra não possui uma nobre herança filosófica, científica ou epistemológica, padecendo, contrariamente, de uma pesada carga semântica.

O que é a complexidade? À primeira vista, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Na segunda abordagem, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem o nosso mundo fenomenal (MORIN, 2008, p.20).

Partindo da premissa basilar do pensamento complexo de que todo conhecimento mantém um diálogo constante com outros conhecimentos, é possível considerá-lo como complementar à teoria da interdisciplinaridade, já que esta pode ser compreendida como um processo em que a comunicação e a cooperação entre as disciplinas são valorizadas, assim como a paulatina ruptura das fronteiras que demarcam os pseudolimites disciplinares.

Donde poderemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos (JAPIASSU, 1976, p. 75).

Nesse sentido, as ideias de Fazenda (2006) e Moraes (2011) a respeito da interdisciplinaridade podem ser articuladas às reflexões de Morin (2008) sobre o pensamento complexo, uma vez que essas duas formas de pensar (pensamento complexo e interdisciplinaridade) convergem, interpenetram-se e complementam-se, almejando alcançar o objetivo comum de superar a fragmentação e simplificação do saber.

A interdisciplinaridade pressupõe basicamente uma intersubjetividade, não pretende a construção de uma superciência, mas uma mudança de atitude frente ao problema do conhecimento, uma substituição da concepção fragmentária para a unitária do ser humano (FAZENDA, 2002, p.40).

Várias abordagens podem tratar de uma mesma questão, cada uma contribuindo com os conhecimentos de suas respectivas áreas para engrandecer a consistência da análise proposta, sendo que diversos enfoques e distintos olhares podem tratar de forma menos simplista e reducionista um determinado fenômeno.

De modo geral, a literatura sobre esse tema mostra que existe pelo menos uma posição consensual quanto ao sentido e à finalidade da interdisciplinaridade: ela busca responder à necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento (THIESEN, 2008, p.45).

Fazenda (1994) explica que a interdisciplinaridade surgiu como oposição à primazia que certas ciências conferiam ao plano epistemológico, às organizações curriculares excessivamente especializadas e a toda e qualquer proposta de conhecimento restritiva. Há de se levar em consideração que:

O conhecimento é, ao mesmo tempo, um fenômeno multidimensional e inacabado, sendo impossível sua completude e abrangência total, uma vez que, a cada etapa da visão globalizadora, novas questões e novos desdobramentos surgem. Tal reconhecimento nos coloca, portanto, diante do fato de que a interdisciplinaridade se constitui em um processo contínuo e interminável de elaboração do conhecimento, orientado por uma atitude crítica e aberta à realidade, com o objetivo de apreendê-la e apreender-se nela, visando muito menos a possibilidade de descrevê-la e muito mais a necessidade de vivê-la plenamente (LÜCK, 1995, p. 67).

De acordo com a afirmação acima, percebe-se que o caminho para prática da interdisciplinaridade, assim como para o exercício do pensamento complexo, é incerto e temerário. A respeito dessa incerteza, Fazenda (2006, p. 16) afirma que é preciso que “a ciência pós-moderna assuma a insegurança em vez de postergar, mas assumir a insegurança pressupõe o fato de exercer com responsabilidade” E o que seria “exercer a insegurança com responsabilidade”? Trata-se de assumir que, por mais que esse caminho seja arriscado, porque é novo, e, por vezes, problemático, o pensamento simplificador é insuficiente para tratar com a complexidade que se faz presente na realidade.

Assim sendo, pode-se e deve-se fazer a apropriação dessa “incerteza” para discutir e tentar ampliar o conceito de lugar em Toponímia, a partir das considerações das correntes Humanista e Crítica da Geografia, em uma perspectiva integradora e não dicotômica, em outras palavras, em uma perspectiva complexa. De acordo com Ferreira (2002), a articulação entre as duas concepções teóricas – Geografia Humanista e Geografia Crítica – possibilita uma visão integradora e não dicotômica.

Nessa mesma linha de pensamento, Maria Cândida Moraes (2011), na obra *O paradigma educacional emergente*, ressalta que, se a realidade é complexa, ela requer um pensamento que leve em consideração essa complexidade do real, ou seja, uma ecologia cognitiva, um pensamento multidimensional, capaz de compreender o estado de inter-relação e interdependência essencial entre os fenômenos, capaz de compreender o conhecimento em constante construção devido às interações com outros conhecimentos, em um diálogo que implica transformações e enriquecimentos mútuos.

Uma nova ecologia cognitiva significa uma nova relação com a cognição, com o conhecimento com os outros, uma nova dinâmica nos processos de construção do saber, que esclareça a existência de relações, diálogos e interações entre diferentes organismos, que indique que tudo o que existe coexiste e que nada existe fora de suas conexões e relações. (MORAES, 2011, p. 25).

E é justamente tentando perceber essa relação entre os conhecimentos que este estudo se propõe a estabelecer um diálogo entre duas disciplinas: a Toponímia e a Geografia, em uma tentativa de ampliar o entendimento da noção de lugar em Toponímia, para, posteriormente, redimensionar a compreensão da escola enquanto um lugar demarcado pelo nome que a identifica, de forma que essa passe a ser apreendida sob o prisma de um espaço vivido e de uma construção socioespacial.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: TOPONÍMIA, INTERDISCIPLINARIDADE E COMPLEXIDADE NA INTEGRAÇÃO DOS SABERES**

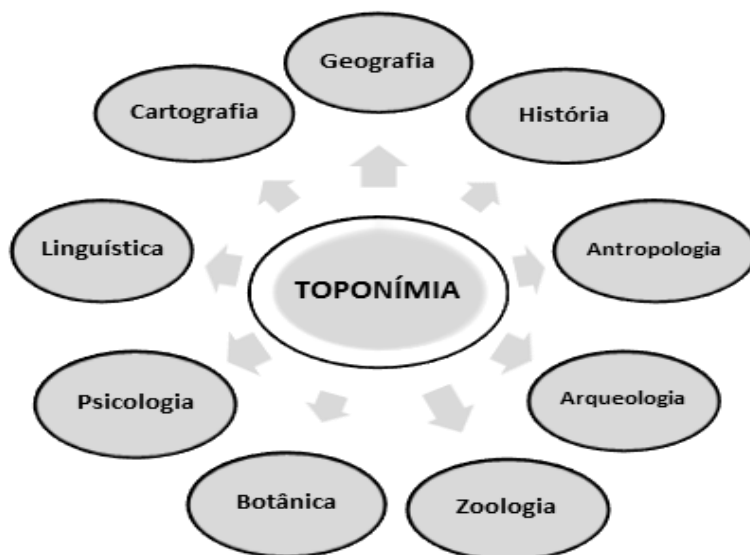
Como já foi mencionado anteriormente, a Toponímia, assim como a Antroponímia, são disciplinas subordinadas à Onomástica. Enquanto a primeira se volta ao estudo dos nomes de lugares, à segunda diz respeito ao estudo dos nomes de pessoas. A Toponímia não pode ser pensada

desvinculada de outras ciências, pois a interdisciplinaridade é intrínseca a ela: “é uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador” (DICK, 1990, p. 2). Como diz Pombo (2004):

Trata-se de reconhecer que determinadas investigações reclamam a sua própria abertura para conhecimentos que pertencem, tradicionalmente, ao *domínio* de outras disciplinas e que só essa abertura permite aceder a camadas mais profundas da realidade que se quer estudar. Estamos perante transformações epistemológicas muito profundas. É como se o próprio mundo resistisse ao seu retalhamento disciplinar. A ciência começa a aparecer como um processo que exige também um olhar transversal (POMBO, 2004, p.10).

Analisada sob o viés da dialogicidade, é possível perceber a interface da Toponímia com diferentes áreas do saber, sendo possível pensar as relações que essa disciplina estabelece com as demais áreas do conhecimento, tendo como pano de fundo a complexidade proposta por Morin (2008). Ver a figura a seguir:

Figura 1: Estudo toponímico em rede



Fonte: Andrade (2012, p. 220)

Em uma realidade cujo panorama é a complexidade, em que as esferas física, biológica, humana, social e política apresentam-se imbricadas e em constante interação, o processo de construção de conhecimentos só irá progredir quando a capacidade de contextualizar informações e de estabelecer conexões entre elas for estimulada e efetivada. E é justamente para o alcance dessa aspiração que, neste estudo, se parte da interdisciplinaridade, tendo como contingente o pensamento complexo, para gerar a extensão conceitual de lugar em Toponímia, uma vez que a promoção do diálogo entre diferentes áreas do saber se constitui em uma tentativa de alcançar um conhecimento mais globalizante e menos fragmentado da realidade.

Machado (1996) citado por Andrade (2011, p. 6) afirma que “a delimitação e a apreensão de um objeto de estudo no mundo moderno não pode prescindir da rede de relações significativas que o constituem, da teia que tece sua totalidade”, Ademais, Morin (1998) assevera que um mesmo objeto pode estabelecer diálogo com as mais diversas ciências sob o crivo de diferentes análises, pensamento esse que vai ao encontro das bases do pensamento complexo e ao alcance do objetivo proposto para este estudo. Nesse sentido, “diante de um mesmo objeto, podemos atribuir-lhe



diferentes estatutos epistemológicos, sempre lembrados de que o processo social como um todo é indivisível” diz Morin (1998, p. 76). E é justamente a possibilidade desse diálogo entre diferentes áreas do conhecimento com o fito de analisar um objeto de forma mais completa que será apresentada no seguinte tópico.

## TOPONÍMIA E GEOGRAFIA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Qualquer esforço teórico que tenha como objetivo primeiro compreender o real necessita indubitavelmente elaborar teorias e construir conceitos. As ciências, de um modo geral, sejam elas naturais ou sociais, possuem elementos que lhes possibilitam a interpretação da realidade. Esses elementos se traduzem em teorias, modelos, categorias, conceitos, entre outros, que se ramificam em subelementos e tornam essa aspiração de explicar o real mais sólida e tangível. Andrade (2017) afirma que:

São vários os tipos de conhecimento, dentre eles: o senso comum, o religioso, o filosófico e o científico. Este último é o que mais se diferencia dos demais, uma das razões é a necessidade de uma ordenação em suas proposições, e isso acontece no ato da relação do pensamento humano com os objetos, por meio de definições de conceitos básicos. Estamos denominando esses conceitos básicos de categorias. Segundo Clément et al (1994, p. 55), categoria vem do grego *Katègoria* de *Kategorein*, quer dizer “afirmar”. Na filosofia, freqüentemente, é sinônimo de conceito no sentido de noção de classificação, e tem por função selecionar, congregar, enquadrar os seres, as coisas, os pensamentos. Dessa maneira, a categoria pode e deve ser reconhecida como o modo de ser das coisas, nesse caso, as coisas não podem ser pensadas no vazio, não há modo de ser sem o ser. (ANDRADE, 2017, p. 588).

Assim sendo, ao se falar em categorias e conceitos como sinônimos para pensar a relação entre pensamento e objetos e possibilitar a interpretação da realidade, um conceito que ganha centralidade nas discussões relacionadas à Toponímia trata-se do lugar. É a partir do lugar que toda e qualquer discussão toponímica é promovida, uma vez que a Toponímia se volta ao estudo dos topônimos, ou seja, dos nomes próprios de lugares. De acordo com essa mesma autora:

Ao considerarmos a Toponímia como uma disciplina do conhecimento científico, identificamos nela a existência de uma ordenação em suas proposições. Ou seja: a determinação de categorias que relacionem o objeto da Toponímia e o pensamento humano. Desse modo, intencionamos estudar, com mais afinco, qual é a extensão do significado de *lugar*, o qual, na nossa concepção, é o cerne da definição da disciplina - estudo do nome de *lugar* – e que, na nossa concepção, deve ser elevada à noção de categoria (ANDRADE, 2017, p. 589).

Cumpramos acrescentar que Morin (2008, p. 106) enfatiza a necessidade de pensar por meio de macroconceitos: “antes de mais, creio que temos necessidade de macroconceitos. Assim como um átomo é uma constelação de partículas, que o sistema solar é uma constelação à volta de um astro, assim temos a necessidade de pensar por constelação e solidariedade de conceitos”. É nessa perspectiva, de solidariedade de conceitos, que se pretende pensar a relação entre a Toponímia e a Geografia, sendo a noção de complementaridade balizadora dessa relação, de modo que ambas possam mutuamente se enriquecer por meio do estabelecimento de um diálogo, em que a Geografia pode ampliar a extensão semântica e conceitual de lugar.

Essa proposta aproxima-se do objetivo mais amplo pretendido por Andrade (2017 p. 600): aprofundar a extensão do significado de *lugar*, partindo “do conceito de lugar como noção de sentimento de pertencimento, afetividade, mundo vivido e experienciado” para, em seguida, elevar esse conceito à noção de categoria em Toponímia.

Se vamos partir da concepção de alargar a noção de lugar para uma categoria do conhecimento toponomástico, justifica-se também a ampliação para o estudo das relações que o homem estabelece com o lugar, como parte integrante de um todo maior. A totalidade é o espaço geográfico. A *episteme* Geográfica se consolidou como uma disciplina que tem como objeto de estudo as relações entre o homem e o meio (natureza), concentrando-se no estudo do espaço geográfico (ANDRADE, 2017, p. 593).

Apesar de todas as discussões promovidas pela disciplina Toponímia estarem ligadas de modo indissolúvel ao lugar como há pouco foi mencionado, não há na literatura toponímica uma definição precisa de lugar ou mesmo uma discussão aprofundada sobre seu significado, de modo que, sendo

um verbete comum, é aos dicionários que se deve recorrer para a busca de sua definição. Assim sendo, de acordo com o dicionário Ferreira (2010), o verbete *lugar* possui vinte e uma acepções; em Houaiss e Villar (2009), o mesmo verbete possui quatorze acepções. Intrínseca à maioria dessas acepções, em ambos os dicionários consultados, está a ideia de localidade, espaço determinado.

Nos estudos toponímicos, o lugar deve ser entendido como algo além de uma simples localidade ou um espaço determinado, tendo em vista que, ao escolher um determinado nome para um lugar, o denominador passa a manter com ele uma relação de identidade. Logo, pode-se arrazoar que os nomes de lugares nem sempre são fruto de uma escolha ocasional. O processo denominativo é uma atividade complexa, e uma rede de influências várias recai sobre o denominador quando da eleição de um topônimo.

No nosso entender, lugar torna-se, então, categoria central, pois trata-se da extensão/apreensão da relação (motivações) que são estabelecidas entre o homem e o próprio nome de lugar: é a sua gênese. Por isso, é essencial, a priori, conceituar lugar em uma dimensão de categoria analítica: motivacional, histórica, linguística, ideológica, social, identitária. A sugestão é uma ampliação conceptual de lugar como experiência de mundo vivido, de afetividade, lugar como parte do todo. (ANDRADE, 2017, p. 593).

A complexidade, neste estudo, será “pano de fundo” para a abordagem da proposta interdisciplinar de diálogo entre as disciplinas Toponímia e Geografia com vistas ao alcance do objetivo de extensão conceitual do lugar em Toponímia, para que este possa ser compreendido pela ótica das noções de espaço vivido e de construção socioespacial. Como já foi mencionado anteriormente, essas duas acepções de lugar serão feitas pela consideração de duas correntes da Geografia: Humanista e Crítica. Sobre o diálogo entre essas duas correntes com vistas ao alcance do objetivo pretendido neste artigo, é interessante trazer para a discussão a reflexão de Holzer (1997) sobre a convergência delas em um ponto:

Na década de 1970, a Geografia Humanística e a Geografia Crítica surgem como oposições ao positivismo, com posturas metodológicas, filosóficas e epistemológicas diferentes, mas com um ponto em comum - a compreensão do mundo e a busca de explicações sobre a relação sociedade natureza e os elementos intrínsecos nessa relação (HOLZER, 1997, apud MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 3).

Como pretensão secundária, pretende-se pensar a escola como um lugar particularizado pelo nome atribuído a ela, ampliando a compreensão das relações existentes entre a escola, enquanto um lugar, o nome que lhe foi atribuído e o processo denominativo como um todo. Nesse sentido, a memória foi utilizada como pano de fundo para compreender o lugar e enraizar a história da comunidade como marca identitária.

## **O LUGAR NA GEOGRAFIA HUMANISTA: INDIVÍDUO, SUBJETIVIDADE E AMBIENTE**

A incorporação da subjetividade na análise da relação que se estabelece entre indivíduo e ambiente se traduz na principal tendência da Geografia Humanista. De acordo com Tuan (1976) citado por Holzer (1996, p.137), o “Humanismo” refere-se a uma tentativa de análise das ações e produtos da espécie humana, a partir de uma visão que amplia a perspectiva científica cartesiana, incorporando os estudos das humanidades na leitura abrangente de temas geográficos. Assim sendo, a Geografia Humanista é gestada a partir da consideração de temas como “meio pessoalmente apreendido” e as “aproximações humanísticas” (HOLZER, 1996), que eram negligenciados pela Geografia Tradicional, consubstanciada no positivismo e na abordagem descritiva. Essa nova proposta de epistemologia para a Geografia, que tem aporte nas “aproximações humanísticas”, vai encontrar na fenomenologia existencialista o suporte teórico-conceitual necessário para o alcance de seu objetivo: a apreensão dos aspectos subjetivos no espaço. Buttimer “buscará uma aproximação entre a fenomenologia e o existencialismo, propondo uma Geografia que dê relevância às questões referentes às pessoas em vários contextos’ unindo a abordagem fenomenológica das condições e expectativas de vida no mundo cotidiano, a intenção existencialista de ajudar as pessoas a alcançarem uma consciência plena de seu mundo através de escolhas e decisões esclarecidas” (FERREIRA, 2002, p. 55).

A preocupação central de Edward Relph, quando propõe uma Geografia Fenomenológica, é a compreensão do mundo e de seus significados. De acordo com Holzer (1997), Relph visualizava a concepção holística do mundo, a partir da consideração da relação de trocas mútuas existente entre homem e natureza, e a crítica ao cientificismo e ao positivismo, pela consideração da subjetividade

que permeia essa mesma relação, como conseqüências imediatas do uso da fenomenologia na Geografia.

Da fenomenologia, os partidários da Geografia Humanista apropriaram os conceitos de “mundo vivido” e de “ser-no-mundo”, que, segundo Holzer (1996), seria identificado com o conceito de “lugar”. De acordo com Moreira e Hespanhol (2007):

Para Tuan (1983), o lugar é marcado por três palavras-chave: percepção, experiência e valores. Os lugares guardam e são núcleos de valor, por isso eles podem ser totalmente apreendidos através de uma experiência total englobando relações íntimas, próprias (*insider*) e relações externas (*outsider*). O autor supracitado distingue espaço e lugar: enquanto o espaço pode transformar-se em lugar, na medida em que se atribui a ele valor e significação; o lugar não pode ser compreendido sem ser ‘experenciado’ (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 4).

Levando em consideração a citação acima, evidencia-se que, no âmago da noção de lugar, encontra-se uma subjetividade imanente. Subjetividade esta que pode ser expressa nos sentimentos de apego e pertencimento a um lugar, um lugar experienciado e, por essa razão, um espaço vivido à luz da fenomenologia. O lugar na Geografia Humanista representa um espaço significativo para o indivíduo. E é significativo devido ao fato de o indivíduo alimentar uma relação de identidade com o lugar.

A preocupação dos geógrafos humanistas, seguindo os preceitos da fenomenologia, foi de definir o lugar enquanto uma experiência que se refere essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significados geográficos, que está em relação dialética com o constructo abstrato que denominamos “espaço” (HOLZER, 1999, p. 70).

E é esse “centro gerador de significados” marcado pelo sentimento de apego e pertencimento que aqui se pretende relacionar aos nomes de lugares, tendo em vista que ao ato de nomear impregnam-se marcas sociais, históricas e culturais dos nomeadores, sendo que seus valores e sua cosmovisão se refletem no nome escolhido para batizar um espaço. Andrade (2017), em sua proposta de alçar o lugar a uma categoria em Toponímia, pontua que:

[...] partimos do conceito de lugar como noção de sentimento de pertencimento, afetividade, mundo vivido e experienciado. Tuan (2012, p.136) fala em amor humano ou topofilia: “laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” [...] Quando nos referimos a “sentimento de pertencimento e afetividade”, entendemos “pertencer” como fazer parte de alguma coisa, ter relação com; e “afeição”, estima, consideração. O sentimento de pertencimento implica, portanto, manter vínculo com um determinado lugar, grupo, história. E a afeição se vale do sentimento de apego por alguém ou algo, afeiçoamento, que também pode ser entendido como relação, conexão. (ANDRADE, 2017, p. 600).

Percebe-se, assim, que é possível estender semanticamente o lugar em Toponímia a partir da consideração de duas constantes que se imbricam quando se pensa na relação lugar-nome-indivíduo: identidade e pertencimento. Identidade, na medida em que o nome atribuído a um lugar passa a ser significativo para o indivíduo quando ele percebe que a sua história individual se relaciona à história do lugar, já que o lugar é parte integrante da comunidade a que o indivíduo pertence. No nome de um lugar subjaz a memória do lugar, o movimento da história, a história sociocultural da comunidade, que mantém relação direta com a história individual. Segundo Halbwachs (2006), há um caráter social na memória, de modo que as memórias de um indivíduo nunca existem de forma autônoma em relação à sociedade. Segundo Castells (2000, p. 22), a identidade pode ser considerada um processo de construção de significados pautados em “conjuntos de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”.

Pertencimento, pois, a partir da relação identitária com o lugar, o indivíduo mantém relações de proximidade significativas com outros indivíduos, além disso, um sentimento de afetividade e de vínculo permeia a relação do indivíduo com aquele lugar. Logo, identidade e pertencimento possibilitam pensar o lugar de uma forma mais ampla, tornando o objetivo de ampliar semanticamente o seu significado para a Toponímia algo tangível.

## O LUGAR NA GEOGRAFIA CRÍTICA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

A Geografia Crítica ou Radical foi um movimento que se desenvolveu intensamente na década de 1970 e teve fundamentação filosófica no materialismo histórico e dialético de Marx e Engels. Essa



corrente de pensamento buscava uma revisão das bases epistemológicas da Geografia enquanto ciência em todos os seus aspectos: conceitos, temas e posições políticas. Em linhas gerais, pode ser entendida como uma reação à crescente hegemonia da Geografia de cunho positivista, que desconsiderava os processos econômicos e ideológicos intrínsecos aos padrões sociais ao focar seu estudo apenas na descrição sistemática desses padrões.

O adjetivo 'crítica' se refere ao fato de os geógrafos críticos assumirem seus compromissos ideológicos sem procurar se esconder sob uma máscara de pseudo-neutralidade. Já o adjetivo 'radical' advém do fato de que os partidários da geografia crítica assumem uma nova atitude ao analisar o cenário de desigualdades, injustiças e entraves no desenvolvimento que marcam o espaço social. Buscam examinar esses problemas desde as suas origens, ou seja, a análise recai na raiz da problemática, em um movimento histórico que vai encontrar na filosofia do materialismo histórico e dialético o respaldo necessário para explicação da realidade tal qual ela se apresenta na contemporaneidade.

Os partidários da Geografia Crítica alegavam que os métodos quantitativistas que o paradigma anterior, a Nova Geografia, empregava como base para compreensão da realidade social, caíam no descrédito por não serem suficientes para contemplar os processos sociais e a dinâmica das lutas que acontecem no bojo da sociedade.

O novo paradigma da Geografia vai encontrar em Milton Santos o seu expoente basilar. No dizer de Kahil (1996), a obra desse autor constitui uma verdadeira "filosofia do espaço do homem".

Uma filosofia do espaço porque é uma análise, uma crítica e uma reflexão sobre o espaço do homem e uma filosofia da geografia porque é uma reflexão crítica sobre os procedimentos e conceitos da ciência geográfica; uma filosofia porque é uma interpretação crítica das formas-conteúdos que o espaço adquire historicamente, uma filosofia porque é conhecimento do conhecimento e da ação humanos (KAHIL, 1996, p. 73).

Essa abrangência e consistência da obra de Milton Santos se devem também, às influências que sofreu durante o período em que esteve exilado, período esse em que teve contato com intelectuais das mais diversas áreas, filósofos, sociólogos, economistas e geógrafos, o que lhe possibilitou o respaldo necessário à formulação de bases teóricas híbridas e interdisciplinares.

Essa postura de Santos coaduna com o que Ivani Fazenda (2006) denomina de "atitude interdisciplinar", pois se verifica que o autor em questão buscava, por meio da abertura ao diálogo com outras fontes de conhecimento, formar conceitos mais amplos e menos fragmentados, em um movimento constante de "ir e vir", "fazer e refazer", "construir-desconstruir-construir" na busca do aprofundamento conceitual.

A interdisciplinaridade leva todo o especialista a reconhecer os limites de seu saber para acolher as contribuições das outras disciplinas. Assim sendo, uma ciência é complemento da outra, e a dissociação, a separação entre as ciências é substituída pela convergência a objetivos comuns (FAZENDA, 2006, p. 43).

Levando em consideração o fato de que o materialismo histórico e dialético é a base que fundamenta os postulados da Geografia Crítica, nessa corrente de pensamento da Geografia o lugar pode ser entendido como uma construção social, deixando de ser visto apenas como o espaço vivido à luz da tendência fenomenológica. Além de Santos (1994, 2004), Carlos (1996, 2001) e Harvey (1992) são autores que desenvolvem reflexões sobre o lugar pautadas nessa tendência.

Santos (1994) relaciona o lugar à própria definição de espaço. Sua concepção de lugar é similar a concepção de espaço porque, em seu entendimento, na referida obra, o espaço constitui-se pela fusão entre homem e espaço, por meio da qual um metamorfoseia o outro recíproca e constantemente. Essa transformação dialética é mediada por ações realizadas com uma finalidade específica em um determinado momento histórico, em um processo contínuo. O espaço a que o autor se refere é, sobretudo, um espaço social, que se forma e se transforma pela ação do homem, mas que ao mesmo tempo molda as ações que o homem pratica. Sobre lugar, o autor arrazoia que

Tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar (SANTOS, 1994, p. 97).

A interpretação de lugar feita por Santos (1994), como concepção sinônima da concepção de espaço, pensada a partir de uma perspectiva dialógica enquanto instância constitutiva e transformadora da sociedade, aproxima-se da visão de Harvey (1992), autor que concebe o lugar como uma construção social que, segundo Moreira e Hespanhol (2007, p. 6) “deve ser compreendida como uma localização e como uma configuração” ‘de permanências relativas internamente heterogêneas, dialéticas, dinâmicas contidas na dinâmica geral de espaço-tempo de processos socioecológicos’ (HARVEY citado por FERREIRA, 2002, p. 71).

Para Santos, lugar pensado como espaço não é apenas um palco onde os acontecimentos ocorrem, pelo contrário, o lugar é sinônimo de espaço social, repleto de vida, pois é o abrigo do homem.

[...] o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência *naquele* espaço exerce um papel revelador sobre o mundo (SANTOS, 2008, p. 114).

Essa interpretação de lugar se relaciona com as reflexões de Carlos (1996, p.53), autora que enfatiza ser “fundamental considerá-lo (o lugar) como uma construção tecida por relações sociais no espaço vivido, garantindo uma rede de significações e sentido, tecidos pela história e cultura”. O lugar tem usos e sentidos e, portanto, abarca a vida social, a identidade e o reconhecimento (CARLOS, 1996 citado por MOREIRA E HESPANHOL, 2007, p. 6).

## ESCOLA COMO UM LUGAR DE PERTENCIMENTO E IDENTIDADE

Partindo das reflexões tecidas, uma escola pode ser considerada um lugar para o indivíduo que a freqüentou. Pelo fato de freqüentar aquele espaço e ali travar as mais diversas relações com os demais indivíduos que naquele contexto, se fazem presentes, sejam essas relações boas ou ruins, um vínculo se estabelece entre aquele espaço e o indivíduo, fazendo com que ele torne, devido ao vínculo estabelecido ali, um lugar.

A escola é uma instituição com forma e função específicas que tem suas diretrizes moldadas em função da estrutura social que integra, bem como atende aos interesses do contexto histórico que perpassa a sua existência. Um influenciando e metamorfoseando o outro, levando em consideração que a escola é uma instância que transforma o indivíduo ao lhe possibilitar a aquisição dos conhecimentos, dos valores, das normas, e da consciência coletiva necessária à vivência harmônica em sociedade, o indivíduo também opera objetivamente na transformação e desenvolvimento dessa instituição enquanto espaço social.

Nessa mesma linha de raciocínio, torna-se possível considerar, também, outro tipo de relação dialógica: a existente entre a escola e o nome que lhe foi atribuído ao levarmos em consideração que o nome não é algo estranho à conjuntura sociopolítica e cultural da comunidade. Ao contrário, pode ser considerado um registro temporal da cosmovisão de um determinado grupo social, uma vez que ao nome se incorporam vestígios da identidade e da história desse grupo.

De acordo Moreira e Hespanhol (2007, p. 8), “quando se propõe contextualizar sobre o lugar, vem à tona abordar a memória do indivíduo em relação ao lugar. Isso porque a memória traz a possibilidade de resgatar o lugar”. Essa perspectiva de resgate do lugar, ou mais especificamente, da história social do lugar, possibilitado pela memória tem ligação com o que pretendem os estudos onomásticos na vertente toponímica e antroponímica.

Concebendo a língua como um fato social que deve ser pensado a partir de sua relação imanente com a sociedade e com a cultura, vê-se no léxico a projeção do universo de significados e experiências inerentes ao contexto de mundo de uma comunidade de falantes. Partindo dessa reflexão, faz-se necessário lembrar que as escolas, enquanto lugares, “são locais de referência e de memória da comunidade, e suas denominações preservam esses valores (DAL PIZZOL, 2014, p. 104). Elas também são espaços, construções sociais, de acordo com concepção de Santos (1994), onde ocorre a fusão entre o homem e o espaço, por meio da qual um transforma o outro recíproca e constantemente em um movimento dialógico. Percebe-se, assim, que a escola não é apenas um lugar físico, de existência concreta, ela é também um espaço mental, de construções culturais.

Para fins de exemplificação, pode-se apresentar o caso das escolas que são denominadas com antropotopônimos. Nesse sentido, para a discussão aqui proposta, podem ser elencados para a

análise os nomes próprios atribuídos às escolas públicas da cidade de Porto Nacional, município brasileiro do estado do Tocantins localizado a

60 km da capital, Palmas. Antes de apresentar os referidos exemplos, é importante mencionar que, no que diz respeito aos nomes próprios de pessoas atribuídos especificamente às escolas, percebe-se que a escolha do nome raramente é feita de modo aleatório. Os antropotopônimos escolhidos podem fazer alusão a personalidades históricas, vultos consagrados das artes como um todo, referências políticas nacionais ou locais ou outras pessoas da própria comunidade.

Os antropotopônimos que nomeiam espaços não são escolhidos ao acaso, ou seja, de modo aleatório em um eixo paradigmático de possibilidades; de forma contrária, há várias questões sociopolíticas e culturais que permeiam essas escolhas, ainda mais quando se trata da denominação de escolas, um espaço de grande visibilidade e de importância inquestionável em uma comunidade. Sobre esse fato, Faggion et al (2013, p. 15) assinalam que:

As denominações de lugares de uma região, como, por exemplo, os nomes de escolas, podem revelar a ideologia dominante na comunidade num dado tempo. Podem revelar maneiras de pensar e deixar entrever relações de poder. Ao levar em consideração as relações entre língua e sociedade, denominador e denominação, não se pode esquecer que toda classificação é de ordem social e que por isso a escolha de determinado nome possui algum tipo de intenção, podendo ser utilizado como estratégia de manipulação simbólica para atender alguma forma de interesse material ou simbólico. Portanto, a língua ultrapassa a função de denominar, ela representa os valores de uma comunidade (FAGGION et al, 2013, p. 15).

Os nomes são veículos de difusão ideológica (FAGGION; MISTURINI; DALPIZZOL, 2013). De acordo com Dal Pizzol (2014), no ato de estabelecimento de um nome, evidencia-se o poder de mando (dominante) e o da sujeição (dominado) que preservam valores ideológicos. Essa afirmação vai ao encontro da tese defendida por Bourdieu (1996) de que as relações de poder, sejam elas explícitas ou implícitas, conscientes ou inconscientes, fazem parte das relações estabelecidas entre os atores sociais em todos os campos que integram seu espaço social. Sendo a nomeação um processo social, ela não escapa a essa lógica.

Nessa linha de argumentação, de acordo com Dick (1998, p. 100), “em função do dominante, definem-se situações reveladoras, pelos nomes empregados, de poder, autoridade, opressão; e, no plano do dominado, submissão, obediência ou acomodação”. Nesse sentido, Gonçalves (2007) citado por Andrade e Nunes (2012), esclarece que:

[...] através do batismo dos nomes dos lugares [...] criaram-se identidades, pertencimentos e territorialidades, que, aos poucos, foram sendo aceitas pelas comunidades. Os nomes de lugares e sua dimensão cultural adquirem uma pluralidade com simbolismos e identidades co-responsáveis pelas expressões dos valores individuais dentro de cada época, onde cada lugar fora sendo nomeado e, ao mesmo tempo, proporcionando um sentimento de pertencimento e domínio territorial (ANDRADE; NUNES, 2012, p. 4).

O que se percebe é que há sempre um motivo maior que leva o denominador a selecionar um determinado nome entre tantos outros existentes. Uma complexa rede de influências incide sobre essa escolha, de modo que a opção que melhor se adequar às necessidades presentes do denominador será a selecionada.

Como já foi mencionado, as denominações espaciais fazem parte da identidade do grupo, de modo que a atribuição de um determinado nome a uma instituição de tamanha representatividade social como a escola é imbuída de um valor inquestionável, uma marca de poder, seja ele qual for. Logo, se um nome de uma pessoa pertencente a uma determinada classe da sociedade foi atribuído a uma instituição escolar, é possível inferir que essa escolha não ocorreu gratuitamente. Não se atribui a um local de referência para um corpo social um nome qualquer, ou seja, um nome de uma pessoa que não detenha algum tipo de destaque nessa mesma comunidade.

Há os seguintes antropotopônimos denominando as escolas de Porto Nacional: Alfredo Nasser, Ana Macedo Maia, Angélica Ribeiro Aranha, Celso Alves Mourão, Delza da Paixão Pereira, Fanny Macedo Pereira, Félix Camoa, Izidoria Quirino dos Santos, Lidiane Barbosa Pires e Osvaldo Aires da Silva. Cumpre ressaltar que a atribuição à escola do nome de uma pessoa que um dia integrou a comunidade pode se tratar de uma prova de reconhecimento aos serviços prestados por esse indivíduo ao grupo que um dia integrou, da mesma forma que também pode servir como uma forma privilegiada de difusão política e de reprodução social, isto é, o nome se configurando como uma

marca de afirmação de poder que transforma a escola em uma espécie de território demarcado por ele.

Há exemplos dessas duas vertentes nas denominações das escolas portuenses. Os nomes da maioria das escolas são uma prova de reconhecimento dos trabalhos prestados por essas pessoas em prol do crescimento da comunidade como um todo, seja no campo social, seja no campo político ou no campo social, como se constata nas próprias justificativas expostas nos Projetos Políticos–Pedagógicos sobre o porquê daquele nome ter sido dado à instituição escolar. Já os nomes das escolas Escola Estadual Angélica Ribeiro Aranha e Escola Municipal Dona Aurenny sugerem que a atribuição de tais nomes mais se aproxima de uma forma de difusão do poder político. O nome da primeira escola é uma homenagem a avó do prefeito da época em que ocorreu a denominação, Otoniel Andrade; o nome da segunda referencia a esposa do primeiro governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos. Vê-se, nesse último caso, o nome exercendo o papel de “centro” unitário de onde “emana poder” (TONUCCI FILHO, 2013, p. 47).

Claval (2001, p.189) citado por Andrade (2015, p. 36) menciona que “o batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”. Assim, quando se atribui o nome de alguém a um determinado lugar, tem-se a tomada de posse subjetiva daquele local, o que também pode ocorrer nos casos dos nomes dados às escolas.

Com base na teoria e nos exemplos arrolados, pode-se afirmar que, nos nomes dados a essas escolas, dois conceitos se revelam: identidade e pertencimento. A identidade evidencia-se na percepção por parte do indivíduo de que a sua história está relacionada à história do lugar, tendo em vista que o lugar faz parte da comunidade em que esse indivíduo se encontra inserido. Quando isso ocorre, quando essa percepção é alcançada, o lugar se torna significativo para esse indivíduo e laços de afetividade são formados, laços esses que podem ser tanto positivos quanto negativos; é quando se manifesta o conceito de pertencimento. Indivíduo e lugar, ambos pertencem à mesma comunidade, ambos fazem parte da história dessa comunidade.

Em se tratando do lugar escola, o indivíduo estabelece laços afetivos com esse local quando mantém relações de proximidade significativas com outros indivíduos que ali se encontram. Surge, assim, a relação de afetividade do indivíduo para com aquele local. No que se refere especificamente aos nomes das escolas, é válido mencionar que os sentimentos de identidade e pertencimento podem ser reforçados a partir do entendimento de que no nome da escola pode estar subjacente um pouco da memória do lugar e um pouco da história sociocultural da comunidade, que mantém relação direta com a história individual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS. TOPÔNIMOS E ESCOLA: O NOME COMO MARCA DE APROPRIAÇÃO SUBJETIVA DO LUGAR.**

A partir das concepções de lugar das escolas Humanista e Crítica da Geografia, é possível considerar a escola como sendo, além de um espaço de pertencimento e de uma construção socioespacial, um lugar demarcado pelo nome que lhe foi atribuído. Trata-se da compreensão do nome como um veículo de afirmação de poder, assegurado pela sua perpetuação ao se tornar um “verdadeiro fóssil lingüístico”. De acordo com Dick (1990):

Ainda que o significado original do signo toponímico não seja transparente, o nome permanece; embora haja “ausência do motivo determinante ou concorrente de sua formação”, de modo que o nome, na qualidade de topônimo, pode ser interpretado como um “verdadeiro fóssil lingüístico” (DICK, 1990, p. 42).

Em outras palavras, ao associar o nome de lugar a um “fóssil lingüístico”, pretende-se evidenciar que há indícios subjacentes ao nome que podem possibilitar a compreensão dos valores e da tradição de um povo. De acordo com Carvalhinhos (2002-2003), “uma área toponímica pode ser comparada a um sítio arqueológico”, dado que é possível reconstruir, pelo estudo dos “significados cristalizados de nomes de lugar, fatos sociais desaparecidos, contribuindo com material valioso para outras disciplinas, como a história a geografia humana e a antropologia”. Isso evidencia a tendência conservadora do topônimo segundo a autora. Andrade (2017, p. 598) explica que “alguns autores definem os topônimos como elementos de característica fossilizada pelo valor que se revestem como fonte de conhecimento histórico, cultural e social quanto à denominação de um lugar, testemunhados pelo grupo que habitou o sítio, seja de caráter temporário ou permanente”.



Observa-se que o nome perpetra vínculos e, por essa razão, a Toponímia pode ser considerada como pertencente ao patrimônio histórico imaterial de uma comunidade, já que, pelo estudo do nome, é possível ter indícios da percepção do homem em relação ao espaço circundante, assim como evidenciar a memória coletiva sobre um determinado lugar.

Antes de tecer considerações acerca de uma possível relação de poder existente entre um nome e um lugar, cumpre fazer uma breve análise sobre aquilo que se compreende como território, uma vez que será esse conceito que dará subsídio necessário à compreensão da relação citada acima. Importa mencionar que, para onde quer que se volte, em distintas perspectivas de análise, seja na noção que alimenta as ideias do senso comum seja nas noções que fundamentam as mais diversas teorias científicas elaboradas, no âmago da noção de território encontra-se a ideia de poder: uma porção espacial que se define por uma relação de poder. Geralmente, o poder que mais se associa ao conceito de território é o poder político, todavia, existem outras relações de poder que podem se manifestar.

Como nesta pesquisa a relação de poder que o território emana está mais restrita a uma dimensão simbólica, apresenta-se a concepção de território desenvolvida por Haesbaert (2012), autor que se filia à corrente de pensamento da Geografia Crítica. Importa esclarecer que essa categoria será discutida, com mais propriedade, em trabalhos futuros.

Na obra *O mito da desterritorialização*, originalmente publicada em 2004, Haesbaert (2012) discute as várias concepções de território. De acordo com Tonucci Filho (2013), esse autor:

Em um esforço de síntese dessas várias concepções [...] propõe agrupá-las entre quatro vertentes básicas: 1) política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas), em que o território corresponde a um espaço delimitado e controlado e através do qual se exerce um determinado poder; 2) cultural ou simbólico-cultural, em que o território é entendido como produto da apropriação/valorização simbólica e subjetiva de um grupo em relação ao seu espaço vivido; 3) econômica, na qual o território comparece como fonte de recursos, forças produtivas, e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital trabalho; 4) naturalista, fundada na ideia do território a partir das relações entre sociedade e natureza e do comportamento “natural” do homem em relação ao seu meio físico (TONUCCI FILHO, 2013, p.46).

Após tecer considerações acerca de cada uma dessas concepções de território, Haesbaert (2012) chama a atenção para o fato de que elas são parciais e arrazoa a possibilidade de se produzir uma concepção de território mais ampla e integradora, uma concepção que abarque as dimensões econômica, política, cultural, natural etc.

Torna-se evidente que múltiplas relações de poder estão imbricadas na concepção de território. A relação de poder que interessa neste estudo pode ser compreendida como simbólica, uma vez que não se trata de um poder que se expressa pelas relações sociais em uma dimensão material, mas por meio de uma “dimensão simbólica das representações de Bourdieu, ou das ideias de Foucault de que o poder não é um objeto ou uma coisa, mas uma relação que, ainda que desigual, não tem um “centro” unitário de onde emanaria este poder” (TONUCCI FILHO, 2013, p. 47). No caso específico deste estudo, o centro do qual emana o poder está consubstanciado no nome que designa uma instituição escolar.

No nome atribuído a uma escola encontra-se uma possibilidade de apropriação subjetiva do local, apropriação que é imaterial, mas que não deixa de se constituir como uma “*mediação espacial do poder*” (HAESBAERT, 2012). Essa apropriação subjetiva pode ser melhor compreendida quando o nome dado a uma instituição escolar se trata de um nome próprio de pessoa como já foi explicitado anteriormente. Em sua leitura de Haesbaert (2012), Tonucci Filho (2013) entende que:

[...] o território desdobra-se num *continuum* que vai da dominação político econômica mais funcional à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”. Territorializar significa, enfim, criar mediações espaciais que proporcionam poder (multiescala e multidimensional, material e imaterial, de dominação e/ou de apropriação) sobre a reprodução dos indivíduos e grupos sociais (TONUCCI FILHO, 2013, p. 47).

Segundo Dick (1990, p. 49), é difícil ter convicção acerca da real intencionalidade que moveu do denominador no ato da nomeação, o que leva os pesquisadores a fazerem suposições e aventar hipóteses, porém algumas dessas suposições podem encontrar respaldo em certas evidências históricas.



Se a razão que levou o denominador a escolher um determinado nome, ao invés de outro, com o passar do tempo, é ocultada pela cortina da opacidade, já que o nome está sujeito às ações do tempo, influências, alterações e, até mesmo, ao esquecimento do significado original, é por meio de um movimento de retrocesso histórico que se torna possível desvelar a memória desse nome, e, assim, compreender a motivação e os valores daquele que escolheu o nome em questão. De acordo com Bosi (2006, p. 16) “do vínculo com o passado se extrai a força para formação de identidade”. Nessa mesma linha argumentativa, ao analisar a linguagem enquanto um produto histórico, Seabra (2006) pontua que:

Considerada como um produto histórico e, portanto, devendo ser entendida dentro do contexto do processo em que se produz, a linguagem, como objeto de mediação que se interpõe entre o homem e o seu entorno, é uma ferramenta fundamental para podermos conhecer a memória participativa de uma determinada sociedade, vinculando-nos às suas histórias sociais e concretas e a suas instituições (SEABRA, 2006, p. 1957).

O topônimo é um fruto da linguagem e, por essa razão, sua motivação precisa ser estudada sob a ótica do contexto em que foi produzido. Ao tecer essa breve discussão sobre a escola analisada enquanto um território que é demarcado simbolicamente pelo poder do nome que lhe foi atribuído, foi justamente esse movimento socio-histórico que se considerou, já que se trata de um ponto essencial para a compreensão das motivações imbuídas na eleição de um nome de lugar.

Ao finalizar este artigo, conclui-se que a promoção de um diálogo entre duas diferentes áreas do saber, a Toponímia e a Geografia, por meio do qual se buscou evidenciar que ambas as disciplinas podem enriquecer-se mutuamente quando pensadas sob o prisma da relação de complementaridade entre os seus postulados, só se fez possível pela consideração da teoria da interdisciplinaridade e da noção de complexidade. Essas ideias constituíram o fio de Ariadne que possibilitou o alcance do objetivo de ampliação semântica e conceitual de lugar em Toponímia, base para a apreensão da escola enquanto um espaço vivido e uma construção socioespacial.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, K. S. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: Atito. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

\_\_\_\_\_. Toponímia e ensino: uma interface interdisciplinar. In: ANDRADE, K. S.; PINHO, M. J.; RAMOS, D. V. **Ensino de língua e literatura**: reflexões e perspectivas interdisciplinares. Goiânia: PUC, 2011.

\_\_\_\_\_. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na interdisciplinaridade. **Domínios de lingu@gem**. Revista Eletrônica de Linguística, v. 6, n. 1, p. 205-225, 1º Semestre de 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/viewFile/14557/9599>. Acesso em 12 de dez. 2014.

\_\_\_\_\_. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.25, n.2, p. 585-607, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/9547>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

ANDRADE, K. S. ; NUNES, V. R. O *onoma* e sua relação com a interdisciplinaridade nos parâmetros curriculares do ensino fundamental de geografia: um estudo preliminar com foco na toponímia. **Revista Língua & Literatura**, v. 14, n. 23, p. 195-210, 2012. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/viewFile/379/1251> Acesso em: 12 de dez de 2014.

BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In: \_\_\_\_\_. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 1996.

BOSI, A. Reflexões sobre a arte. 7 ed. São Paulo: Ática, 2006.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CARVALHINHOS, P. J. Onomástica e Lexicologia: o léxico toponímico como catalisador de fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). In: **Revista USP**. São Paulo, n. 56. pp. 172 - 179, 2002-2003. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/56/20-patricia.pdf>. Acesso em 13 de ago. de 2016.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DAL PIZZOL, E. V. **Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural**. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. 2015.

DICK, M. V. P. A. Os nomes como marcadores ideológicos. In: **Acta Semiotica et Linguística**. v. 7. São Paulo: Plêiade, 1998. p. 97-122.

\_\_\_\_\_. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B.; DAL PIZZOL, E. V. Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. **ENTRELETRAS**, Araguaína-TO, v. 04, n. 02, pp. 10-30, ago./dez. 2013. Disponível em: <http://revista.uft.edu.br/index.php/entreletras/article/view/987/526>. Acesso em: 13 de Set de 2014.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, L. F. Iluminando o Lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, jan/julho de 2002. v. 22, n.01. p. 43-72.

FIEDLER-FERRARA N. O pensar complexo: construção de um novo paradigma. In: **Atas do 15º Simpósio Nacional de Ensino de Física**; 2003; Curitiba, BR. Curitiba: CEFET-PR; 2003. p. 69-82.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLZER, W. **A Geografia Humanista: uma revisão**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 3, p. 8-19, 1996.

\_\_\_\_\_. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. In: **Território**. Rio de Janeiro: Garamond – LAGET/UFRJ, 1997, n. 03, p. 77-85.

\_\_\_\_\_. O lugar na geografia humanista, In: **Revista Território**. LAGET, UFRJ, ano IV, nº 7, jul/dez. Rio de Janeiro, 1999.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAHIL, S. P. Uma “filosofia do espaço do homem”. In: CARLOS, A. F. A. (org). **Ensaio de geografia contemporânea**. Milton Santos: obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

LÜCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. 16. ed. São Paulo: Papirus, 2011.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 14, p. 48-60, 2007. Disponível em:

[http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6\\_moreira\\_e\\_hespanhol.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf). Acesso em 14 de dez. de 2014.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. 5.ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

NUNES, V.; ANDRADE, K. S. Levantamento dos topônimos e produção de fichas lexicográfico-toponímicas dos municípios da região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins., **Revista Web Sociodialeto**, v 1, n 5, p 01-12, novembro 2012.

POMBO, O. Interdisciplinaridade: conceito, problema e perspectivas. In: **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/186/103>. Acesso em: 14 dez. 2014.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2004. 4. ed.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2008.

SEABRA, M. C. T. C. Referência e onomástica. In: **Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)**. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_442.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf). Acesso em: 08 dez. 2014.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. 2008, vol.13, n.39, pp. 545-554. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010>

TONUCCI FILHO, J. B. M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a Geografia Crítica. **Revista Espinhaço**. v.2, n. 1. pp. 41-51, 2013. Disponível em: <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/espinhaco/article/view/221/200>. Acesso em 14 de jun. de 2014.

---

Recebido em: 02/01/2017

Aceito para publicação em: 18/10/2017